



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

16/05/2011

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. COMARCAS.....	1 - 2
1.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	3
1.3. INSTITUCIONAL.....	4 - 6
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. COMARCAS.....	7 - 11
2.2. PRESIDENTE.....	12
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. COMARCAS.....	13
3.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	14

AMB sai em defesa de juíza que teve toga rasgada no Maranhão

Fato ocorreu na cidade de Rosário durante o roubo de processos do fórum da cidade

Chegam hoje a São Luís representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para cobrar providências das autoridades em relação ao ato de vandalismo cometido contra a juíza Rosângela Prazeres, da Comarca de Rosário (MA).

A desembargadora Sérgia Miranda – diretora da Secretaria de Assuntos da Mulher Magistrada da Associação – pedirá mais segurança nos Fóruns e Tribunais do Estado. Ela tem encontro marcado, às 15h, com o presidente do TJ do Maranhão, Jamil Gedeon.

Rosângela Prazeres teve seu gabinete invadido no dia 8 deste mês e parte de seus processos foi furtada e jogada no Rio Itapecuru, juntamente com sua toga, que foi encontrada rasgada dias depois. As paredes do local de trabalho da magistrada ainda foram pichadas com ameaças.

A AMB classificou o ato como

uma “intimidação” ao Poder Judiciário e repudiou veementemente a violência praticada pelos criminosos. Para Sérgia Miranda, a magistratura e a Justiça foram, deliberadamente, desrespeitadas no episódio.

“Vamos falar com o presidente do Tribunal de Justiça sobre a questão da segurança nos Fóruns, porque não permitiremos que os magistrados sejam vilipendiados, principalmente, num caso como esse, em que a Juíza teve sua toga jogada no rio. A toga, para nós juízes, não é apenas uma vestimenta. Ela é simbólica, emblemática. Os juízes não podem trabalhar sob ameaça. O que houve foi um desrespeito”, lamentou a diretora da AMB.

Atualmente, tramitam na Comarca de Rosário 4.870 processos. OTJMA, inclusive, contratou uma empresa especializada para fazer o levantamento e a contabilização do acervo de ações judiciais que ainda está desaparecido. O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, denunciou o crime ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O CORREGEDOR-GERAL da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e dirigentes da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) vão a Rosário nesta segunda-feira, 16, para ato conjunto de repúdio às 10h à invasão do fórum e apoio ao trabalho da juíza Rosângela Santos Prazeres no combate ao crime organizado naquela comarca.

EM TEMPO: audaciosos, os invasores atiraram processos e a toga da magistrada no Rio Itapecuru. Será a segunda vez que Guerreiro Júnior participará, em uma semana, de movimento nesse sentido.

Justiça mantém condenação de PMs por tortura

Câmaras Criminais do TJ negam pedido de revisão criminal aos policiais militares que foram condenados por torturar presos

Em sessão das Câmaras Criminais Reunidas, na sexta-feira, 13, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) julgou improcedente o pedido de revisão criminal dos policiais militares José Francisco R. dos Santos e Antônio C. Silva, que foram condenados a 3 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado. Eles são acusados de torturar três pessoas detidas nas dependências do quartel da Polícia Militar, no município de Coelho Neto.

Procedimento investigatório da promotoria da cidade concluiu que os três homens foram presos por uma patrulha da PM, no dia 19 de março de 2000, porque estariam bêbados, armados com facão e teriam passado a perturbar e a ameaçar um cidadão. Mais tarde, eles teriam sido retirados de uma cela da delegacia de Polícia Civil pelos policiais acusados e levados algemados para um alojamento no quartel da PM, no mesmo prédio.

Chicote - A denúncia narra que os presos foram obrigados a ficar de joelhos, com as mãos para cima, ocasião em que José Francisco, à paisana, começou a

bater nas costas e tórax dos três com um chicote, enquanto o outro sargento esfregava um facão nos rostos das vítimas. O documento informa que o espancamento durou 15 minutos e deixou lesões corporais mostradas em fotos e descritas em exames de corpo de delito.

O juiz José Elismar Marques, da 1ª Vara da Comarca de Coelho Neto, considerou os métodos utilizados inaceitáveis e reprováveis. O magistrado julgou procedente a ação do Ministério Público e condenou os dois policiais, decisão que foi mantida pela Justiça de 2º grau.

No pedido de revisão, a defesa dos policiais pediu, preliminarmente, a anulação do processo criminal a partir das alegações finais, por considerar que a defesa feita por parte do advogado foi insuficiente. No mérito, pediu a desclassificação do crime tipificado como tortura para o de abuso de autoridade. Também alegou que os acusados negaram o crime em juízo.

Por maioria, os desembargadores rejeitaram a preliminar de nulidade e, no mérito, julgaram improcedente a revisão criminal, de acordo com parecer da Procuradoria Geral de Justiça.

Matinha perdeu um vencedor e herói

MANOEL FERNANDES AMARAL (NELITO)

Dr. José Conceição Amaral (Zeconceição ou Conceição), natural de Matinha-MA, filho de João Amaral e Angelina Francisca Amaral, primogênito de dez irmãos, faleceu aos 85 anos de idade, no Hospital Português, domingo, 1º de maio e foi sepultado no dia seguinte, dia 2, em sua terra natal. Matinha-Maranhão. O dr. Zé Conceição, além de ter sido um herói, foi um exemplo de vida para toda família e os matinhenses em geral. Primeiro foi um profissional da música, como excelente trompetista de um conjunto denominado de Matinhense, de sua propriedade, do qual, ainda jovem solteiro, tirava o seu sustento e ajudava nossos pais, tanto no sustento da casa, quanto na educação dos irmãos mais novos, inclusive, como não podia. mandar todos os irmãos estudar em Viana, inteligentemente, de pleno acordo com nossos pais mandou os dois, que estavam em melhor idade escolar, mesmo fazendo maior sacrifício, fazer o 5º ano em Viana, porque somente com o diploma do primário poderiam vir fazer o exame de admissão em São Luís. Manoel Fernandes Amaral (Nelito) aos 14 anos e Adriana Rosa Amaral (Nônica) aos 12 anos foram os privilegiados na época e com o diploma do primário, mais tarde, inteligentemente, mais uma vez, Zé Conceição confiou em mandar os dois para São Luís-MA, como quem estivesse apostando no futuro da família. Como ele sempre acreditou, que o estudo, a educação, a cultura é o caminho mais curto de uma liberdade, de uma independência, sua confiabilidade nos dois jovens resultou positivamente no que ele esperava e, mais tarde, tanto seus irmãos, com nossos pais, seus filhos e demais sobrinhos estavam todos juntos estudando em São Luís, para surpresa de alguns matinhenses que, em princípio, não acreditavam no projeto do Conceição, por ser de origem humilde, cujo pai era analfabeto, embora nossa mãe com pouco estudo, porém, muito inteligente e com a mesma visão do Conceição, que acho ter herdado dela esse talento de muita credibilidade na educação.

Nosso guerreiro Zé Conceição, aos 43 anos de idade, sempre dedicado aos livros, após haver encaminhado para a educação irmãos e filhos, resolveu fazer o vestibular na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Maranhão que, para surpresa de todos, até mesmo, acho, eu, dele próprio, passou de primeira e foi matriculado para, 5 anos mais tarde, aos 48 anos, para alegria e felicidade de todos nós da família, está sendo declarado bacharel em Direito, e como já era advogado provisionado, continuou advogando para todos e, em especial, para os considerados pobres ou sem dinheiro. Daí ser intitulado de "advogado dos pobres".

Conceição, tanto como advogado, quanto como político, em suas andanças, pelo Tribunal de Justiça, dr. Sarney e ele se conheceram e formaram uma amizade sincera, leal e fiel, ao presidente Sarney, até o seu falecimento, no dia 1/05/2011. Dr. Zé Conceição foi um líder político de inteira confiança, desde quando o presidente Sarney se elegeu a deputado federal. Jamais votou em quem quer que seja, mesmo do grupo Sarney, sem primeiro consultá-lo. Foi um líder pacificador. Jamais discutiu com quem quer que fosse, mesmo quando usurpado pelos reconhecidos corruptos de sua terra natal ou opositores.

O falecimento do Conceição, como o chamava o presidente Sarney, foi uma perda irreparável, tanto para nossa família, quanto para o grupo que segue o presidente Sarney por seu intermédio, como líder fiel, que sempre foi. Aliás, o Conceição não foi tão somente um líder, ele foi muito mais do que líder; ele foi, para nós, seus seguidores, um verdadeiro mestre. Tanto nós, da família, quanto seus demais seguidores, o seguíamos, com o maior prazer, pelos seus atos, pelos seus exemplos. Mesmo assim, confiamos no nosso novo líder, seu substituto, que é seu filho José Conceição Amaral Filho, atual presidente da Câmara Municipal de Matinha, que nos parece haver aprendido muito do pai, principalmente no trato com as pessoas, nos parecendo vir cumprindo com êxito a missão que lhe foi confiada pelo nosso saudoso patriarca dr. José Conceição Amaral. Zé Conceição deixou viúva Maria José Amaral (Zezé), 10 filhos e 19 netos.

Nosso dr. José Conceição Amara), por mérito, recebeu em sua cidade natal, os seguintes títulos: por ser educador nato, construindo o único Colégio de Formação de Professores do Município, denominado Santoca Gomes, sua primeira professora; por se dedicar na defesa das pessoas pobres, sem remuneração; por se dedicar à política sem se corromper, visando sempre a independência e liberdade de escolha democrática dos eleitores e nunca haver discutido com qualquer que fosse opositor, mesmo aqueles que usurparam, acintosamente, sua eleição e por haver sido fiel, até o fim, ao, seu líder maior. Recebeu os seguintes títulos: a personalidade do século de Matinha; maior educador de todos os tempos de Matinha; líder pacificador; advogado dos pobres e o melhor trompetista de Matinha-Maranhão. José Conceição Amaral foi um homem de origem pobre, porém de coração nobre. Em suma: foi assim que deus o fez.

Sem noção

Para quem ainda sonha com a divisão do Maranhão – e não conhece de perto o humor da presidente Dilma Rousseff quando o assunto é aumento de gastos públicos – aí vai uma informação preciosa.

Custa em média um bilhão de reais só a manutenção de um Estado, que considera despesas como o pagamento de servidores públicos e verbas para deputados estaduais e governador. Isso sem entrar na conta o Poder Judiciário, com seus inúmeros desembargadores com carros oficiais, assessores, telefones e outras gorduras mais.

Um bilhão de reais, dinheiro suficiente para aplacar parte da miséria no país, meta que Dilma pretende alcançar em futuro próximo.

■ INSEGURANÇA

AMEAÇAS A MAGISTRADOS NO INTERIOR DO MA REPERCUTEM E PROVOCAM PROTESTOS DA AMB

Com dois casos de ameaças a juizes, em 30 dias, Tribunal de Justiça do Maranhão promete reforçar segurança nas comarcas. Mas acontecimentos no interior provocam ato público organizado pela Associação dos Magistrados do Brasil em favor da juíza de Rosário.

Política 3

■ JUDICIÁRIO

Repercussão nacional

Atentados contra juízes no interior do Maranhão provoca ato público organizado pela Associação dos Magistrados do Brasil. TJ pretende reforçar segurança nas comarcas

CLODOALDO CORRÊA

O recém-atentado contra a Comarca de Rosário deixou ainda mais preocupante a situação da segurança do judiciário maranhense. No último domingo, o fórum foi arrombado e Processos, móveis e a toga da juíza, Rosângela Santos Prazeres Macieira, foram destruídos, ao serem jogados no Rio Itapecuru. No mês passado, a casa do juiz de Tuntum, Pedro Holanda Pascoal foi alvejada. O vereador Orleans Moreira Cruz foi preso acusado de ser o mandante do crime.

O caso de Rosário provocou reações que ultrapassaram as fronteiras do Estado. Hoje, a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) promove um ato público na Comarca de Rosário, situada a 75 quilômetros de São Luís. A desembargadora Sêrgia Miranda, diretora da Secretaria de Assuntos da Mulher da AMB chega hoje em São Luís

com a tarefa de organizar o ato e reunir-se com autoridades do poder judiciário estadual. Em declaração publicada no site da AMB, ela demonstrou preocupação com as ameaças feitas a Juíza da comarca de Rosário que teve inclusive a toga jogada no rio Itapecuru.

"A toga, para nós Juízes, não é apenas uma vestimenta. Ela é simbólica, emblemática. Os Juízes não podem trabalhar sob ameaça, precisam ter sua liberdade de julgar respeitada. O que houve foi um desrespeito ao Judiciário", protestou.

O presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, que deve receber hoje à tarde a representante da AMB disse que o sinal de alerta está acesso e que a segurança das comarcas será ampliada. Mas pede paciência, uma vez que o TJMA precisa seguir os requisitos legais para a contratação da empresa de segurança. "Muitos fórum do interior tinham policiais militares e es-

tes não existem mais. Cidades com três a cinco policiais que não podem ficar nos fóruns. E temos que cumprir uma lei de execução orçamentária, mas estamos tentando dotar todas as comarcas com segurança armada. Paralelamente, firmamos um convênio para colocar policiais da reserva na segurança dos fóruns, que beneficiou dez comarcas. Estamos investindo na segurança dos magistrados nos fóruns e pessoalmente também”, alertou.

Jamil também afirmou que o TJMA está dando todo apoio para que a juíza de Rosário possa trabalhar tranquilamente e diz que a presença do estado é fundamental para auxiliá-la neste momento. “O estado tem que se fazer presente quando existe uma ameaça ao funcionamento em determinada comarca. Eu e o desembargador Guerreiro Jr. fomos imediatamente à comarca de Rosário e demos todo o apoio necessário. O Estado é que deve se

fazer presente neste momento. Temos um estado pacato e um povo ordeiro. Estas exceções nos unem. É como uma família, que quando alguém é ameaçado, todos os familiares se unem para proteger”.

Segurança

Ele alertou que o judiciário quer respostas positivas na punição dos culpados, não importa que seja vereador ou qualquer pessoa influente. “As coisas estão sendo apuradas. Não importa quem seja, mas não vamos permitir sermos ameaçados. Vamos buscar dentro da lei que o estado se faça presente de maneira coercitiva”.

O TJMA está realizando licitação para contratar empresa especializada na prestação de serviços de segurança e vigilância armada de forma contínua, 24 horas, com abrangência para 80 postos nas dependências jurisdicionais e administrativas do Poder Judiciário.

A BASTA/O IMP DA PRESS



Jamil Gedeon, presidente do TJ, garante que autores dos atos de ameaça contra juizes não devem ficar na impunidade

Caso Tuntum

A polícia ainda está agindo de forma intensa em Tuntum. Depois de prender Orleans Moreira Cruz, procura o filho dele, Oriany Vieira Cruz, que também tem mandado de prisão expedido. O vereador é suspeito de crimes graves de pistolagem, homicídios e roubo de carga, além de ser suspeito de ter participação no atentado a casa do juiz Pedro Henrique Pascoal ocorrido no dia 8 de abril. Ele responde por dois assassinatos ocorridos em 2006.

Insegurança Jurídica

Nos últimos quatro anos, o Maranhão teve um total de 23 fóruns arraboados, quando armas e processos acabaram sendo furtados.

Em 2008, por conta de protestos relacionados as eleições municipais a cidade de Santa Luzia, teve o fórum incendiado, sendo destruído todo o acervo processual da Comarca.

PERSONAGEM DA NOTÍCIA

Retroceder jamais

A juíza Rosângela Santos Prazeres Macieira, titular da comarca de Rosário há mais de cinco anos, tem atuado principalmente no combate ao crime organizado na região. A polícia acredita que o crime está ligado a processo que estão nas mãos de Rosângela para serem julgados. Durante a ação no fórum, os criminosos Rosângela garantiu que não se intimidará

com o atentado. Ele participou de audiências normalmente durante esta semana. "Esse ato de vandalismo não intimidará nem prejudicará os trabalhos da Justiça. As sessões do júri designadas vão acontecer normalmente, conforme a pauta agendada no período de 4 a 25 de maio", garantiu a juíza. Atualmente, tramitam na Comarca de Rosário 4.870 processos.



A toga, para nós Juízes, não é apenas uma vestimenta. Ela é simbólica, emblemática. Os Juízes não podem trabalhar sob ameaça, precisam ter sua liberdade de julgar respeitada. O que houve foi um desrespeito ao Judiciário

Sérgia Miranda
Diretora da Associação
dos Magistrados do Brasil



Jamil Gedeon participou do encontro

Interferência

O desembargador Jamiel Gedeon endossou o protesto dos colegas presidentes de tribunais de justiça, que protestaram contra a determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que os tribunais cumpram horário mínimo de atendimento ao público e também para a tentativa do órgão de definir critérios para a fixação dos valores das custas judiciais. Um documento com essas críticas foi assinado no final do 87º Encontro do Colégio Permanente dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, realizado em Salvador (BA), sexta-feira (13).

Associação dos Magistrados Brasileiros presta solidariedade a juíza de Rosário

Deverão chegar hoje a São Luís representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para cobrar providências das autoridades em relação ao ato de vandalismo cometido contra a juíza Rosângela Prazeres, da Comarca de Rosário (MA).

A desembargadora SÉrgia Miranda - diretora da Secretaria de Assuntos da Mulher Magistrada da Associação - pedirá mais segurança nos Fóruns e Tribunais do Estado. Ela tem encontro marcado, às 15h, com o presidente do TJ do Maranhão, Jamil Gedeon.

Rosângela Prazeres teve seu gabinete invadido no dia 8 deste mês e parte de seus processos foi furtada e jogada

no Rio Itapecuru, juntamente com sua toga, que foi encontrada rasgada dias depois. As paredes do local de trabalho da magistrada ainda foram pichadas com ameaças.

A AMB classificou o ato como uma "intimidação" ao Poder Judiciário e repudiou veementemente a violência praticada pelos criminosos. Para SÉrgia Miranda, a magistratura e a Justiça foram, deliberadamente, desrespeitadas no episódio.

"Vamos falar com o presidente do Tribunal de Justiça sobre a questão da segurança nos Fóruns, porque não permitiremos que os magistrados sejam vilipendiados, principalmente, num caso como esse,

em que a Juíza teve sua toga jogada no rio. A toga, para nós juízes, não é apenas uma vestimenta. Ela é simbólica, emblemática. Os juízes não podem trabalhar sob ameaça. O que houve foi um desrespeito", lamentou a diretora da AMB.

Atualmente, tramitam na Comarca de Rosário 4.870 processos. O TJMA, inclusive, contratou uma empresa especializada para fazer o levantamento e a contabilização do acervo de ações judiciais que ainda está desaparecido. O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, denunciou o crime ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Tribunal de Justiça do Estado mantém a condenação de PMs por crime de tortura

O Tribunal de Justiça do Estado, em sessão das Câmaras Criminais Reunidas, na sexta-feira (13), julgou improcedente o pedido de revisão criminal dos policiais militares José Francisco R. dos Santos e Antônio C. Silva, que foram condenados a 3 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado. Eles são acusados de torturar três pessoas detidas nas dependências do quartel da Polícia Militar, no município de Coelho Neto.

Procedimento investigatório da promotoria da cidade concluiu que os três homens foram presos por uma patrulha da PM, no dia 19 de março de 2000, porque estariam bêbados, armados com facão e teriam passado a perturbar e a ameaçar um cidadão. Mais tarde, eles teriam sido retirados

de uma cela da delegacia de Polícia Civil pelos policiais acusados e levados algemados para um alojamento no quartel da PM, no mesmo prédio.

Chicote - A denúncia narra que os presos foram obrigados a ficar de joelhos, com as mãos para cima, ocasião em que José Francisco, à paisana, começou a bater nas costas e tórax dos três com um chicote, enquanto o outro sargento esfregava um facão nos rostos das vítimas. O documento informa que o espancamento durou 15 minutos e deixou lesões corporais mostradas em fotos e descritas em exames de corpo de delito.

O juiz José Elismar Marques, da 1ª Vara da Comarca de Coelho Neto, considerou os métodos utilizados inaceitáveis e reprováveis. O magis-

trado julgou procedente a ação do Ministério Público e condenou os dois policiais, decisão que foi mantida pela Justiça de 2º grau.

No pedido de revisão, a defesa dos policiais pediu, preliminarmente, a anulação do processo criminal a partir das alegações finais, por considerar que a defesa feita por parte do advogado foi insuficiente.

No mérito, pediu a desclassificação do crime tipificado como tortura para o de abuso de autoridade. Também alegou que os acusados negaram o crime em juízo. Por maioria, os desembargadores rejeitaram a preliminar de nulidade e, no mérito, julgaram improcedente a revisão criminal, de acordo com parecer da Procuradoria Geral de Justiça.